



Greve dos caminhoneiros

O que temos agora é um caso de segurança pública

Ainda que tardiamente, o governo recuou e se reuniu com as entidades que representam os grevistas que paralisaram o país, com bloqueios de caminhões pelas estradas. As reivindicações – em sua essência justas e apoiadas inclusive por empresários e pela população – foram atendidas, os caminhoneiros aceitaram o acordo e esperava-se que a normalidade se restabelecesse. Contudo, as paralisações continuam e começam a provocar uma situação insustentável de desabastecimento e perdas disseminadas por toda a sociedade.

Vivemos um momento de extrema insegurança, e as perdas ultrapassam o campo material para atingir outros aspectos ainda mais preocupantes, com danos ao direito à saúde, tendo em vista a situação precária de farmácias e hospitais; ao direito à segurança, diante das depredações e assaltos que começam a atingir até mesmo motoristas particulares; ao direito à educação, diante das muitas escolas fechadas; e mesmo ao direito de trabalhar normalmente, como é o caso de vários motoristas que estão sendo impedidos de retomar suas atividades.

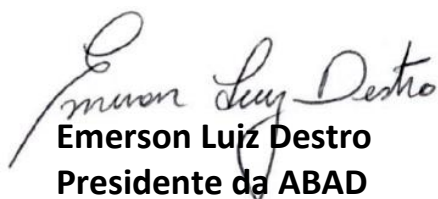
Ou seja, deixamos o campo da mera reivindicação por um legítimo pleito de fundo econômico e agora vemos o sequestro oportunista da pauta dos caminhoneiros por grupos de marginais que atuam com intenções políticas ou simplesmente com o intuito de promover o caos social para poder cometer delitos com maior tranquilidade.

A situação deixou de ser objeto passível de negociação, mesmo porque o governo, interlocutor dos grevistas, nada mais tem para ceder. O que temos agora é um caso de segurança pública. E, sendo assim, esperamos dos governos federal, estadual e municipal e de seus respectivos corpos policiais todo o empenho para debelar a atual crise.

Conclamamos a classe empresarial a manifestar-se solidária à população que sofre cada dia mais as consequências da prorrogação irresponsável das paralisações e cobrar das autoridades efetividade no restabelecimento da ordem, sem truculência, mas também sem medo.

É preciso aplicar as leis e defender o cidadão comum e as empresas que trabalham honestamente pelo crescimento do Brasil. Não é possível um país inteiro tornar-se refém de grupos que agem com intenções espúrias e estão colocando em risco a estabilidade política, econômica e social que vem, a duras penas, sendo construída. Precisamos, o quanto antes, voltar a circular e trabalhar com segurança. Ou estaremos empurrando toda a sociedade para a beira de um abismo de proporções difíceis de calcular.

Por tudo isso, a ABAD, que representa um setor que movimenta nacionalmente uma frota de 100 mil caminhões e abastece todos os dias mais de 5.570 municípios no país, insiste em pedir ao poder público, pelo bem da normalização do abastecimento e da retomada da atividade econômica, que libertem os caminhões retidos irregularmente e permitam que os caminhoneiros tenham o direito de exercer seu direito básico, garantido pela Constituição, de ir e vir.



Emerson Luiz Destro
Presidente da ABAD